

Ata de Reunião

Comitê de Enfrentamento ao Covid-19 no Sistema Socioeducativo

Data: 30/julho/2020	Local: Via Webex
Horário de início: 14h00min	Horário de Término: 15h:20
<p>SEI nº 0024677-23.2020.8.16.6000 Participantes: Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF ra Noeli Salete Tavares Reback, Juíza Coordenadora Estadual - CIJ/TJPR Dra. Claudia Catafesta Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF/PR Adriana Accioly - Assessoria do GMF/PR Georgia Settanni Ministério Público do Estado do Paraná Elaine Sartori, psicóloga do Caopcae - Representando Dra. Luciana Linero CNJ - Justiça Presente Dra. Flavia Kroetz DEASE - Departamento de Atendimento Socioeducativo (SEJUF) Cel. David Antônio Pancotti Flavia Ziliotto Alison Adalberto Batista, responsável pela Divisão de Vagas e Informações Leticia Rivelini, responsável pela Divisão Administrativa Solimar Gouveia Carla Lins DEFENSORIA PÚBLICA Dr. Bruno Muller Silva, Defensor Público, coordenador do Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ) OAB Dra. Karina Sabatke Dr. Tiago Sofiati CEDCA Marcio Bernardes de Carvalho Secretaria de Segurança Pública - SESP Dra. Eliete Aparecida Kovalhuk Secretaria de Estado da Saúde - SESA Marisa Costa</p>	

Assuntos em Pauta:

Para a reunião **de 30 de julho de 2020, às 14h00min**, fica estabelecida a seguinte pauta, ainda aberta para eventuais sugestões dos parceiros:

- 1 - Aprovação da ata da reunião anterior;
- 2- DEASE - atualizações -
- 3- SESA - testagens internos e equipes - direcionamento recursos CEDCA para testes
- 4- Coleta de dados estatísticos de atos infracionais no PR - comparativo ao período COVID-19.
- 5- Assuntos gerais

Desenvolvimento dos Assuntos em Pauta: (reunião gravada)

Aberta a reunião pelo Des. Ruy que passou a palavra à Dra Noeli Saletre Tavares Reback que primeiramente submeteu a pauta da reunião do dia 22 de julho de 2020 para aprovação e não havendo acréscimos, foi aprovada. Na sequência, passou ao próximo ponto da pauta, com a palavra aos membros do DEASE para atualizações..

Cel. Pancotti informou de sua reunião com o novo Secretário da SEJUF, momento em que explanou sobre todas as atividades desenvolvidas pelo DEASE bem como todas as ações realizadas entre o DEASE e os órgãos atores do comitê; expressou seu agradecimento ao comitê pelas ações e a carta em que o comitê solicitou a permanência da equipe do DEASE; informou sobre as reiterações de orientações aos diretores das unidades, alertando para os números que apontam uma grande quantidade de infectados pelo covid-19 no Estado do Paraná, que são de crianças e adolescentes das atualizações passadas ao secretário; que fizeram alerta para os diretores, relatando o número de crianças infectadas no Estado, que teve um salto de 2000 para 6500 em uma semana; que não se teve óbitos no sistema e ainda possuem 4 servidores infectados, porém afastados em quarentena;

Carla Lins agradeceu à participação da representante da SESA, Sra. Maris Costa, na reunião do comitê; atualizou os dados apontando para: nenhum caso de adolescente positivo para covid-19, porém 3 adolescentes considerados suspeitos (1 no CENSE de Laranjeiras do Sul e 2 no CENSE de Fazenda Rio Grande), com sintomas leves, porém nenhum positivado; em relação aos servidores, são 19 suspeitos: a) 3 técnicos de enfermagem (1 no CENSE São Francisco, 1 no CENSE Pato Branco e 1 em Laranjeiras do Sul; b) 10 agentes de segurança (1 na Semi Feminina, 1 em São José dos Pinhais, 1 no CENSE São Francisco, 1 no CENSE Paranavaí, 2 no CENSE Maringá, 1 no CENSE Londrina 2, 1 em Fazenda Rio Grande e 1 no CENSE Curitiba); c) Diretor e Administrador do Semi Ponta Grossa, Vice diretor do CENSE Maringá; d) 2 profissionais terceirizados do CENSE São Francisco; servidores confirmados para covid-19: 1 técnica de enfermagem no CENSE São Francisco, a terapeuta ocupacional do CENSE Toledo, 1 agente de segurança no CENSE São José dos Pinhais e dois terceirizados, sendo um em São José dos Pinhais e outro na Fazenda Rio Grande;

Dra. Noeli ressaltou a preocupação com o fato de todas as unidades apresentarem casos com suspeitas ou confirmados e quando o Cel. Pancotti fala que temos mais de 6000 crianças ou

adolescentes, mostra quanto a pandemia está forte no Paraná; que em relação às unidades todas as questões estão sendo tratadas pelo protocolo e acompanhadas; o plano de contingência está sendo acompanhado; como preocupação, Campo Mourão preocupou em relação às vagas, mas pelo magistrado da comarca, foi tomada medida de cumprimento domiciliar para 3 ou 4 adolescentes; solicitou ao Alison o monitoramento das vagas e que alerte o comitê em caso de necessidade;

Na sequência, reforçou a importância da participação da SESA e trouxe a questão que esteve sempre pendente em relação à SESA, por ausência de resposta, que é em relação aos testes e do olhar diferenciado para o sistema de socioeducação. Pontuou a informação da disponibilização da verba pelo CDECA para apoiar ações contra a covid-19 e que essa verba não foi utilizada e questionou à SESA se existe a possibilidade de utilização dessas verbas para compras específicas de testes; solicitou a leitura do Ofício pelo DEASE;

Carla Lins explicou sobre o ofício encaminhado à SESA, que aborda as especificidades das unidades e que foi solicitado apoio do comitê para situações em que precisa é de uma resposta rápida para realização da testagem (em caso de adolescentes ou servidores suspeitos), que não se trata de obter um quantitativo grande de testes, mas sim de pronta respostas no momento em que for necessário; informou que em conversa com a Marisa, propôs uma abordagem junto com a equipe do município, como em São José dos Pinhais, em que essa equipe treinou os servidores para efetuarem as testagens e que isso possa acontecer com celeridade, obedecendo todos os critérios necessários;

Alison efetuou a leitura do ofício disponibilizado ao Comitê e enviado à SESA; ([Ofício 075/2020 - DEASE](#))

Cel Pancoti pontuou se a SESA está agindo com treinamento das pessoas no sistema penitenciário e que caso seja, também que seja aplicada essa ação ao socioeducativo;

Marisa Costa se apresentou como psicóloga da Divisão de Proteção à Saúde da criança e do adolescente da SESA, juntamente com Géssica, representante da SESA no CDECA. Informou que conseguiram a habilitação de mais 3 municípios, na política de atenção integral aos adolescentes afetos aos sistema socioeducativo, para recebimento de incentivos federais (Ponta Grossa, Fazenda Rio Grande e Piraquara), totalizando com 8 municípios habilitados. Para além dos incentivos federais, informou que a SESA repassa mensalmente recursos para os municípios fazerem atenção integral aos adolescentes dos CENSES e Casas de Semiliberdade; pontuou que o cuidado de saúde seja feito pelo município em que está internado o adolescente(na unidade básica de saúde que é de referência do CENSE); a responsabilidade em saúde é da

unidade básica de saúde mais próxima do internamento; para as questões de covid-19 é usada a mesma lógica, com fortalecimento e manutenção de política integral em parceria com a equipe de saúde do território; compreende as dificuldades de interlocução com os municípios; que buscam parceria com as equipes dos municípios e equipes dos CENSES; sobre as dificuldades apontadas em relação aos testes, explicou as prioridades sobre a testagem quando na apresentação dos sintomas, preconizando o teste PCR, que tem procedimento e tempo para aplicação, para detecção da doença ativa; que os testes rápidos são para detectar se houve contato com a doença e se já adquiriu anticorpos. Passou a explicar a forma de utilização dos testes rápidos, que seguem as orientações da Nota orientativa 40 da SESA que orienta sobre os testes, sua recomendação e não recomendação de sua utilização; que os testes já foram disponibilizados aos municípios, que possuem autonomia para definirem suas estratégias; acredita que a compra de testes e sua disponibilização aos CENSES é ir na contramão do que foi construído em relação às políticas de saúde. Trouxe um relato de uma técnica do Ministério da Saúde que fala que equipes de saúde dentro dos CENSES são poucos Estados que possuem, pois cabe às equipes de saúde dos territórios essa atenção; trouxe a possibilidade de pensar um fluxo com alguns municípios que apresentem negativa ou dificuldades na realização dos testes, podendo contar com o apoio da SESA; em relação à capacitação, pensaram em capacitar para aliviar a sobrecarga dos municípios, pensando essa parceria com os municípios, para que as equipes de saúde possam fazer as notificações e coleta, em caso de surtos, para capacitações regionais para treinar na coleta de material, servindo de suporte aos municípios, nesse trabalho; elogiou o trabalho feito nas unidades, como São José dos Pinhais, que controlou a possibilidade de surto, como atenção às medidas de prevenção e controle.

Dra. Flavia Kroetz questionou sobre a possibilidade de uso das prestações pecuniárias para aquisição de testes, EPIs, inclusive no socioeducativo, pontuando, se for o caso, deixar a sugestão como possibilidade;

Marcio Bernardes falou que a socioeducação merece atenção especial pois a tendência atual é que o Brasil fique mais tempo em isolamento e que devido a peculiaridade do sistema socioeducativo, como o prisional, é importante pensar nos fluxos e protocolos como legados para o futuro do sistema para trazer uma lógica de clareza e segurança; que precisa exercitar como pode auxiliar o sistema, pois ele tem alguns déficits. Numa situação de vários servidores infectados no sistema, infelizmente não se tem um contingente de servidores para substituir, se não for por sacrifício, pois adotaria uma lógica de tirar servidores do administrativo para levar para as unidades; reforçou que a testagem precisa ser periodicamente, mas é importante avaliar algumas questões nas unidades para trazer segurança para o sistema como um todo; inevitavelmente os lugares de aglomeração são pontuais, sabendo que Paraná ainda é melhor que outros Estados e para manter esse status precisa verificar as questões que ainda faltam para manter por um tempo, para fortalecer as estruturas que nos ajudem a melhorar os processos, como os fluxos, equipamentos, etc; que precisa trazer apoio externo para fortalecer o sistema, como a produção de fluxos e conteúdos, inclusive nas capacitações, sem perder o rigor técnico, mas utilizar a colaboração e os recursos para fortalecer os sistema socioeducativo.

Cel Pancotti pontuou que os três milhões de reais que o CDECA repassou, eles voltaram para a conta do CDECA, para a conta geral do FIA; tem consciência das colocações da Marisa da SESA, mas verifica que o Estado está tratando de forma diferente, por isso a insistência para instrumentalizar na socioeducação como feito no carcerário;

Dra. Noeli questionou Marisa como está sendo feito no sistema prisional a questão do atendimento, só pensando no atendimento e na testagem, se é o mesmo do carcerário para o socioeducação ou diferenciado?

Géssica informaram que estão em tratativas de como será feito no sistema penitenciário, sobre o procedimento de testagem no sistema penitenciário, e é uma dinâmica diferente para os CENSES e que não podem oferecer além do que previsto na política de atenção aos adolescentes; reforçou a fala de Marisa sobre o momento ideal para a realização dos testes, como funciona a capacitação para aplicação dos testes e a necessidade de serem avisadas quando ocorrerem falhas nos atendimentos; ;

Marisa Costa retomou o que foi trazido por Marcio Bernardes, pontuando que se fala atualmente de covid, mas que tem sido um tempo para olhar para a saúde dos adolescentes privados de liberdade; que infelizmente neste momento fazem esse novo olhar para a saúde dos adolescentes, pois há algum tempo já pontuaram para questões da saúde desses adolescentes que estariam falhas ou em desacordo ou inadequada com a política, então para além de testes, precisa inserir os adolescentes na rede, adequações sanitárias, que junto com a Vigilância Sanitária pretendem uma resolução específica para os CENSES; que precisa de um olhar ampliado para além das testagem, para a saúde dos adolescentes; sobre EPIs, equipes etc, insumos, saneantes, produtos, forma de uso, todos esses cuidados precisam ser priorizados para além das testagens, pois não há falta dos testes, falta de recursos humanos sim existe, bem como a capacidade de processar muitos testes ao mesmo tempo, que é difícil; que os testes rápidos podem apontar falsos positivos ou negativos, sendo o PCR mais adequado para identificar a doença ativa; que a prevenção e promoção tem que pensar como importante e que as dificuldades sejam apontadas ao DEASE e informada a SESA para efetuar a cobrança do município;

Carla Lins relata que compreende o que foi trazido pela SESA; que o DEASE vem fazendo um constante trabalho com a saúde do adolescente, mantendo as equipes completas; que o concurso público para abril foi suspenso e hoje trabalha-se sim muito na pandemia e suas consequências, pois precisa; sobre o CENSE São José dos Pinhais, o tratamento dado, merece os parabéns e todos as unidades; sobre os testes, pontuou que estão cientes dos protocolos, pois sabem dos critérios, e não pretendem uma testagem em massa, apenas querem a garantia de que os servidores e adolescentes possam ser testados, que precisa da disponibilidade de testes; ressalta a necessidade de se saber dos resultados para se ter segurança; que o DEASE não deixa de tomar as providências, mas os testes trazem segurança aos encaminhamentos necessários;

Márcio Bernardes propôs como encaminhamento ao comitê a elaboração de ofício a Comissão Estadual para que os recursos possam se somar para as ações de melhoria na saúde das unidades socioeducativas e que sejam feitas propostas em conjunto para atender ao que foi trazido pelo DEASE com os três milhões de reais podem ser usados para o covid ou mesmo para ações de saúde;

Dra. Noeli pontuou que como pendência tem-se o pedido do Comitê e do DEASE para um tratamento diferenciado à socioeducação, considerando a situação das unidades de socioeducação e dos socioeducandos, que dentro dos protocolos, se dê uma atenção, com prioridade e se façam os testes, dentro das recomendações necessárias, que estes testes estejam sempre disponíveis quando se precisar; compreende que a SESA precisa pensar em vários fluxos de atendimento, mas que no socioeducação tenha um fluxo diferenciado, sem esperar detectar o problema para buscar a solução, para se ter segurança, antes de chegar aos atores para providências; preocupa-se com a verba disponibilizada pelo CDECA e a devolução mas que não se está lidando com a carência de verba, mas sim a ausência de um fluxo de ação para utilizar a verba; percebe que a SESA tem atenção aos fluxos sempre pensando no melhor, mas sem abrir exceção para o socioeducação, que é o que busca o DEASE, levando em conta a especialidade do sistema; a questão financeira, percebe-se a existência de recursos, que podem ser usados tanto para a covid e ampliação para a saúde integral; sugere que a SESA, juntamente com Carla do DEASE, procurar caminhos para que o fluxo genérico seja diferenciado no socioeducação, com exemplos de outros estados, lembrando do art. 4º do ECA, que criança e adolescente é prioridade absoluta, especificamente aqueles em unidades de internação; propôs que SESA e DEASE tragam sugestões para a próxima reunião;

Cel. Pancotti reforçou a disposição do DEASE em dialogar com a SESA; falou que os recursos do CDECA são bem vindos, servindo para consolidar um projeto que vai atender não só a questão de saúde mas outras questões; que nessa gestão já angariaram quase 100 milhões de reais; acredita que falta competência para executar as ações pois já tem recursos garantidos e se precisar da ajuda do comitê, solicitará; informou que outros projetos estão em andamento;

Dra. Noeli elencou como encaminhamento: **a)** atendendo a proposta de Márcio Bernardes, elaborar ofício ao CDECA reforçando a verificação da destinação da verba, para que retorne ao socioeducação, para as ações de prevenção ao covid-19; **b)** estreitamento do diálogo entre DEASE e SESA por essa semana;

Sobre a coleta de dados estatísticos de atos infracionais no PR - comparativo ao período COVID-19.

Dra. Noeli explicou que a ideia da coleta dos dados tem objetivo de verificar como estão as questões dos adolescentes em conflito com a lei, os atos infracionais, se houve agravamento ou redução. A extração desses dados somente pelo PROJUDI não é suficiente, precisando da ajuda da SESP; sugeriu a formação de um grupo de trabalho, envolvendo o judiciário e representante do comitê, para fazer a busca e os contatos, para a obtenção dos dados, que podem ser trabalhados em termos de política pública ou divulgação; o grupo de trabalho ficou composto pela Dra. Claudia Catafesta, Ministério Público sem prejuízo de outros atores ingressarem; obteve a adesão da Defensoria Pública com a manifestação do Dr. Bruno Muller;

Para os assuntos gerais, tratou das lives, especificamente da live sobre saúde mental no socioeducação em tempos de pandemia; na próxima quarta-feira, dia 5 de agosto terá a live do

sistema protetivo; solicitou a Marcio Bernardes em pensar para o dia 12 de agosto sugestões para a live do socioeducação;

Cel Pancotti pontuou que o ofício ao CDECA possa ter outras questões, como pedagógica, escolar e demais ações que vem praticando no dia a dia do socioeducação;

Dr. Bruno aceitou elaborar a redação do ofício ao CDECA.

Marcio Bernardes lembrou que dia 12 de agosto é dia nacional da juventude e seria importante de discutir o direito do jovem no ECA e no estatuto da juventude;

Des. Ruy Muggiati teceu agradecimentos aos membros do comitê e ao Cel. Pancotti sobre sua permanência na equipe do DEASE. Abordou a ideia da questão do jovem, como um desafio, basta olhar a maioria da população do sistema penitenciário, que a maioria da população é de jovens de 18 a 29 anos e essa maioria submetida a condições de tratamento degradante. Acredita que a proteção que existe hoje ao adolescente seja estendida a este jovem (do sistema carcerário) pois também é contemplado no art. 227 da CF, embora o estatuto do jovem não tenha a mesma força que o ECA, mas que é uma construção cultural geral e jurídica e unir as forças de atores envolvidos com a proteção da criança e adolescentes, para que essa proteção abarque os jovens, pois seria justo, já que não faz sentido que o adolescente que completa 18 anos seja totalmente desprotegido. Acredita que estamos com uma boa oportunidade para começar a pôr as bases desse trabalho.

Encaminhamentos:

- 1 - Elaboração de ofício direcionado à comissão estadual do CEDCA reforçando a verificação da destinação da verba, para que retorne ao socioeducação, para as ações de prevenção ao covid-19;
- 2 - estreitamento do diálogo entre DEASE e SESA, através de reunião, para ajustarem possibilidades de trabalhos e soluções para as questões dos testes;
- 3- Grupo de Trabalho para coleta de estatísticas de atos infracionais no Estado do Paraná a partir de janeiro de 2019 com destaque comparativo no período de março a julho 2020.
- 4- próxima live 12/agosto/20, com tema e palestrantes e serem aprovados.
- 5 - Fica designada próxima reunião para o dia 06 de agosto de 2020 às 14h00mim.

